



## PAÍS PREMIA CREDOR E PUNE EMPREENDEDOR

Combo de juros elevados, crédito restrito e insegurança econômica. Por Henrique Trevisan, [página 2](#)



## A PRESSÃO DO MERCADO GLOBAL

Apesar dos esforços da União Europeia, empresas fortalecem laços com a China. Por Edoardo Pacelli, [página 2](#)



## A ELITE PAULISTA NÃO SE EMENDA

Defesa de livre negociação entre lobo e cordeiros mostra que vive no passado. Por Marcos de Oliveira, [página 3](#)

## Queda nos investimentos é o grande senão da alta do PIB

O Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país) do Brasil cresceu 1,1% no primeiro trimestre do ano, frente ao quarto trimestre de 2025, totalizando R\$ 3,3 trilhões, com resultado positivo nos três setores – agropecuária (2%), indústria (1%), e serviços (0,5%). Frente ao primeiro trimestre de 2025, o ritmo da economia avançou 1,8%, enquanto no acumulado dos últimos quatro trimestres, o PIB registrou elevação de 2%.

O economista Roberto Luis Troster, somando os prós e contras, faz uma avaliação positiva. “O crescimento anual de 2% mostrou um PIB forte e resiliente, apesar dos problemas, como a alta taxa de juros. O único senão foi a Formação Bruta de Capital Fixo, que é o grande freio no crescimento do país para os próximos anos. O Brasil está recebendo muito dinheiro de fora, mas esse dinheiro não está se transformando em investimento, e sim em aplicação financeira. Esse é um dinheiro que vem, rende juros e vai embora, quando nós precisamos de mais investimentos para crescermos no longo prazo.”

A taxa de investimento foi 16,5% do PIB, permanecendo abaixo da observada no mesmo período do ano anterior (17,6%). A taxa de poupança ficou em 15,5% no trimestre (ante 15,8% no mesmo período de 2025). Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgados hoje pelo IBGE.

A despesa de consumo das famílias (1%) e a formação bruta de capital fixo (3,5%) expandiram-se, assim como a despesa de consumo do governo (0,4%).

No que se refere ao setor externo, as exportações de bens e serviços tiveram variação negativa de 1,7%, ao passo que as importações de bens e serviços cresceram 4,4% em relação ao quarto trimestre de 2025.

Para Sara Paixão, analista de Macroeconomia da InvestSmart XP, “o resultado do PIB aponta para uma economia brasileira em aceleração no primeiro trimestre, após apresentar moderação ao final de 2025”. “A expectativa é que o BC corte a Selic em 25 bps na reunião de junho, mantendo o comunicado dependente dos dados”, finaliza Paixão.

Leia a entrevista com Roberto Luis Troster na [página 5](#), e Brasil volta a ser 10º do mundo, [página 3](#)



Ricardo Stuckert/PR

## Governo critica ‘falsos patriotas envolvidos com crime organizado’

Lula: ‘Se pedissem para prender milicianos, ficariam presos’

Nesta sexta-feira, o Governo do Brasil criticou duramente a ação de “falsos patriotas envolvidos com o crime organizado” que pediram ao Governo dos Estados Unidos que classificassem facções criminosas como terroristas internacionais e, assim, abrem caminho para intervenção estrangeira em nosso território.

Além de nota oficial que cita diretamente “integrantes da família Bolsonaro” como “traidores”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou sobre o tema durante cerimônia em que celebrou a retomada da produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen). Lula disse que a intervenção estrangeira pode colocar em risco riquezas minerais e a soberania do Brasil.

“E eu tenho preocupação porque nós temos muitos minerais críticos, muitas terras-raras, nós temos muito minério, nós ainda temos muito ouro, ainda temos muito diamante, temos a maior floresta tropical do mundo, 12% de água doce e ainda aqui a pouco tem gente que diz que a ‘Amazônia é nossa’”, argumentou Lula, citando a possibilidade de um país estrangeiro pretender ocupar territórios brasileiros.

Lula também aproveitou para acusar a família Bolsonaro de “trair a pátria” ao ir aos EUA “pedir a intervenção” do país. “Se fossem pedir a intervenção para deter milicianos, ficariam presos lá”, ironizou. O presidente afirmou que a ação criminosa das facções são graves e estão sendo combatidas, mas não devem ser igualados a organizações terroristas nos termos

da legislação estadunidense.

A classificação do PCC e do CV como organizações terroristas foi anunciada pelo secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, nesta quinta-feira (28), após forte lobby feito pelos irmãos Flávio e Eduardo Bolsonaro. O primeiro é candidato à Presidência do Brasil representando a família.

Os Bolsonaro também estiveram por trás da pressão para os EUA imponham tarifas pesadas às exportações brasileiras. A manobra visava conseguir anistia para o ex-presidente Jair Bolsonaro, mas acabou fracassando porque o Brasil conseguiu expandir o comércio com outras nações. Em alguns setores, porém, empresários e trabalhadores foram afetados. Avaliação do vice-presidente Geraldo Alckmin.

[Página 3](#)

## Classificação como organizações terroristas abre possibilidade de intervenção dos EUA

Lula alertou que a decisão dos EUA sobre organizações terroristas está abrindo a possibilidade de uma intervenção militar. “Estou muito triste com a notícia”, reagiu ele.

O presidente brasileiro destacou que foram aprovadas várias leis para combater o crime organizado e que não vão tolerar que sejam tratados como “crianças” ou como uma “república das bananas”. Além disso, ele ressaltou que as armas com as quais esses grupos se reabastecem vêm dos EUA, em cujo território muitos desses criminosos têm permissão para lavar o dinheiro obtido ilegalmente.

“O Brasil está disposto a trabalhar para combater o crime organizado e vamos começar pelo Estado de Delaware, onde se lava dinheiro de brasileiros”, denunciou.

“Eles não são os terroristas que Trump quer, Trump quer Osama bin Laden e nós queremos os terroristas brasileiros que estão lá”, afirmou Lula, em alusão a alguns envolvidos na trama golpista de 2022, que se encontram nos EUA aguardando a resolução de seus pedidos de asilo.

É o caso do ex-chefe da Agência de Inteligência do Brasil, Alexandre Ramagem. “Ele está escondido lá”, disse Lula, que também

citou o empresário brasileiro Ricardo Magro, dono da Refit.

“Vamos começar por entregar o maior contrabandista de combustível do país. Ele mora em Miami. Eu dei a Trump o nome dele e uma foto da casa dele. Se querem combater o crime organizado, entreguem os nossos que estão nos EUA”, reclamou Lula.

“A soberania nacional é inegociável. O Brasil rejeita qualquer forma de ingerência externa em seus assuntos internos. Quem define como o crime é classificado e combatido dentro do Brasil são os brasileiros, com suas instituições, suas leis e suas forças de segurança”, concluiu a nota do governo.

## Insegurança alimentar nos EUA supera época da Covid

A insegurança alimentar das famílias estadunidenses de baixa renda em 2026 está pior que em junho de 2020, durante a pandemia. A constatação foi feita por pesquisadores do Federal Reserve de Nova York, utilizando dados coletados pela Pesquisa sobre Expectativas do Consumidor, de fevereiro deste ano.

Mais moradores dos EUA recorreram às suas economias para sobreviver, não tiveram refeições suficientes, receberam doações de alimentos ou receberam assistência governamental do Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP) do que em junho de 2020. Isso levou o Fed de Nova York a declarar que houve um “aumento notável” na insegurança alimentar.

“Constatamos um aumento notável na insegurança alimentar, particularmente entre famílias com menor escolaridade e renda e famílias com crianças pequenas. Documentamos um aumento concomitante no pessimismo entre os mesmos grupos, juntamente com uma queda acentuada nas expectativas de encontrar emprego”, diz o artigo.

Entre todas as famílias, 10% relataram ter deixado de fazer refeições por falta de comida em casa (muitas vezes, porque não tinha condições de comprá-la) e quase 16%, ou uma em cada seis, dependeram de doações de alimentos. Entre as famílias com renda inferior a US\$ 50 mil por ano, quase 20% foram obrigadas a pular refeições ou ficar sem comida.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0561
Dólar Turismo	R\$ 5,2468
Euro	R\$ 5,8963
Iuan	R\$ 0,7440
Ouro (gr)	R\$ 741,70

### ÍNDICES

IGP-M	0,84% (maio) 2,73% (abril)
IPCA-E	RJ (março) 0,46% SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

# A pressão do mercado global

Por Edoardo Pacelli

Uma desconexão lenta, mas imparável, está se desenvolvendo na indústria e na política europeias, transformando o mercado global. Por um lado, a União Europeia tenta salvaguardar o “made in Europe” através do derisking, redução de riscos; por outro, muitas empresas europeias continuam a fortalecer seus laços com a China.

A União Europeia está tentando, por todos os meios, impor regulamentações que obriguem as empresas a priorizar a produção europeia em detrimento da chinesa. Ao contrário, números crescentes de empresas europeias não só mantêm, como também expandem sua presença na China, para que possam permanecer competitivas

no mercado global. As empresas europeias, especialmente as alemãs, sentem-se constantemente pressionadas pela concorrência chinesa.

Nesse contexto geopolítico, a tentativa da Europa de conter o avanço do dragão da economia mundial parece verdadeiramente utópica. A esse respeito, uma pesquisa realizada, relatada em relatório da Câmara de Comércio da UE na China, constatou que mais de 30% das empresas expressaram a intenção de realocar a produção para a China, com 37% admitindo que, nos últimos dois anos, consolidaram suas cadeias de suprimentos. Portanto, surge uma descoberta significativa: mais de 68% expressam a intenção de permanecer ou mesmo aumentar suas operações na República Pop-

ular da China.

Além disso, um quarto das empresas, embora expandindo suas operações na China, busca fornecedores alternativos em outros países. De todas as empresas pesquisadas, apenas 7% afirmaram ter começado a realocar e construir novos centros de produção em outros países.

O fator predominante na tomada de decisão continua sendo a redução de custos, não tanto em função dos custos trabalhistas, mas pelo fato de as instalações de produção na China serem mais eficientes do que as de outros países. Em relação à mão de obra, existe um fenômeno conhecido como mismatch, ou desajuste de mão de obra, que descreve a discrepância entre as habilidades possuídas pelos trabalhadores e aquelas exigidas pelas em-

presas. Esse problema está cada vez mais disseminado globalmente, afetando 40% dos países da OCDE. Em razão desse cenário, que afeta as economias de muitos países importantes, diversas indústrias têm adotado a automação, obtendo resultados significativos.

## Empresas europeias seguem fortalecendo seus laços com a China

Diante dessa situação, fica a dúvida sobre o que a Europa pretende ser. Cinco países europeus pressionaram fortemente a Comissão Europeia, principal órgão executivo da UE, para acelerar a criação de um regulamento que obrigue as empresas europeias a comprar, pelo menos, 40% de

matérias-primas e produtos europeus. O objetivo desta iniciativa é conter a importação de produtos da China, produtos produzidos com generosos subsídios. Esses países são França, Espanha, Holanda, Lituânia e Itália.

É interessante notar que a Alemanha não está entre esses países. Essa ausência se explica menos por razões políticas e mais por fatores econômicos. Um estudo da Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit (Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade), com base em dados do Escritório Federal de Estatística da Alemanha (Statistisches Bundesamt), destaca a força dos laços econômicos entre Berlim e Pequim.

Enquanto a Europa busca reduzir sua dependência da China, a Alemanha segue

na direção oposta. Segundo a Fundação Friedrich Naumann, a participação das importações chinesas aumentou, desde 2023, em diversos setores considerados estratégicos pelo próprio governo alemão em sua política para a China. Entre eles estão metais e elementos de terras-raras, baterias de lítio, componentes fotovoltaicos e ingredientes farmacêuticos, incluindo antibióticos.

Paradoxalmente, em vez de diversificar suas fontes de abastecimento em áreas críticas, a Alemanha tem ampliado sua dependência da China, tornando-se, conseqüentemente, mais vulnerável.

*Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.*

# O Brasil que premia credores e pune empreendedores

Por Henrique Trevisan

Nos últimos anos, o Brasil registrou sucessivos recordes de recuperações judiciais, chegando a 2.466 solicitações em 2025, segundo o Serasa, o maior valor da série histórica, iniciada em 2006. Nesse mesmo período, o saldo líquido de capital estrangeiro para o país foi expressivo, aumentando US\$ 14 bilhões entre 2022 e 2025, conforme o Banco Central.

Todavia, o investidor estrangeiro não está entrando no Brasil para ser sócio dos negócios, mas, sim, para ser credor do governo, via títulos de dívida. No mesmo período, o saldo de títulos da dívida variou US\$ 26 bilhões, o que revela o tipo de país que o Brasil se tornou: um lugar onde é mais lu-

crativo emprestar dinheiro ao governo do que investir nas empresas de empreendedores nacionais.

Com um juro real acima de 9% ao ano (taxa de juros nominal do período descontada a expectativa de inflação para os próximos 12 meses), o Brasil encerrou 2025 como o segundo país com a maior taxa entre as 40 maiores economias do mundo, segundo ranking da MoneYou e Lev Intelligence.

Na prática, isso significa que um investidor consegue rentabilidade expressiva alocando capital em títulos de dívida brasileiros, sem precisar construir nada, contratar ninguém, navegar pela burocracia tributária ou assumir o risco operacional de gerir um negócio em um ambiente institucional pouco previsível.

Não se trata de atribuir

má-fé a quem faz essa escolha, porque qualquer alocador de capital racional faz a conta e vai para onde o retorno ajustado ao risco é mais favorável. O problema é que o Brasil construiu, ao longo de décadas, um ambiente no qual essa conta raramente fecha a favor de quem quer produzir aqui dentro.

Empreender no Brasil significa operar com custo de capital entre os mais altos do mundo, dentro de uma estrutura tributária pesada e complexa, sob um arcabouço regulatório que muda com frequência suficiente para punir quem aposta no longo prazo. O resultado é que a taxa de retorno exigida para que um projeto produtivo faça sentido precisa ser muito alta para competir com o que a renda fixa já oferece sem risco, e poucos projetos sobrevivem a essa

comparação.

O capital produtivo, aquele cujo objetivo é construir fábricas, desenvolver tecnologia e qualificar trabalhadores, vai para lugares onde o custo de oportunidade de empreender é menor e o ambiente institucional é mais estável. O Brasil não compete nessa categoria com a mesma atratividade que demonstra para o capital de credor, e a diferença não é pequena.

## Combo de juros elevados, crédito restrito e insegurança econômica

A recuperação judicial em alta é reflexo desse quadro. Analistas apontam que a taxa de juros elevada e um crédito mais seletivo são os principais fatores que as-

fixiam o caixa das empresas, e os dados confirmam esse diagnóstico: o volume de empresas que faliram após entrar em recuperação judicial atingiu nível recorde no segundo trimestre de 2025, chegando a 30%, contra uma média histórica que ficava próxima de 10%. Em outras palavras, a recuperação judicial está sendo mais acionada e funcionando menos, o que diz muito sobre a profundidade do problema.

O Brasil debate com intensidade a distribuição da riqueza, mas produz sistematicamente um ambiente que direciona para fora boa parte da remuneração do capital aqui aplicado. Quando emprestar é estruturalmente mais rentável do que empreender, e quando o credor é majoritariamente estrangeiro, o país está não apenas alocando mal seus

recursos, mas também transferindo para fora a renda que deveria financiar o próximo ciclo de investimento interno.

O que o Brasil precisa aprender é a valorizar o seu empreendedor. Enquanto isso não mudar, o ciclo se perpetua. O governo já cobra caro demais de quem produz e ainda não consegue equilibrar suas contas, e, para financiar o próprio desequilíbrio, oferece juros que drenam para si o capital que poderia salvar exatamente as empresas que ele mesmo está sufocando. No fim, quem paga a conta é sempre o mesmo: o brasileiro que escolheu arriscar e construir.

*Henrique Torrescasana Trevisan é economista, sócio da Bateleur e associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE).*

# Monitor Mercantil



**Diretor Responsável**  
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



**Serviços noticiosos:**  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



**Monitor Mercantil S/A**  
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192



## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## A elite paulista não se emenda

No século passado, ainda se usava a expressão “quatrocentões” para designar a elite paulista tradicional, descendente de produtores rurais escravocratas (em sua maioria). O termo caiu em desuso junto ao declínio das famílias, mas a postura da elite – não somente, mas especialmente a paulista – não se alterou.

Nota divulgada nesta sexta-feira por Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), manifesta apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/26, apresentada pelo senador bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN).

Em resumo, a PEC propõe livre negociação direta entre empresário e trabalhador sobre jornada e escala de trabalho, inclusive com adoção do regime de trabalho por hora. Uma negociação similar à do lobo com o cordeiro. Cervone assegura que “a nova proposição, ao contrário do conceito leviano que começa a ser difundido nas mídias sociais, não é patronal, mas sim de interesse de todos os brasileiros”. Temos à frente do Ciesp um socialista?

O sistema de trabalho horário é um dos responsáveis pela precarização do emprego nos EUA e outros países que o adotaram, levando a queda de produtividade e desalento dos empregados. Este colunista pode apoiar a proposta... desde que se garanta um mínimo de US\$ 7,25 (em moeda pátria, R\$ 37) por hora trabalhada, como é nos EUA, a admirada nação dos patriotas (alguns estados de lá garantem mínimo horário maior, de até US\$ 14).

## Usuários de gás defendem tarifa justa

O setor de gás está prestes a explodir. De um lado, as transportadoras por gasodutos divulgaram manifesto contra a modificação do sistema de precificação do produto, como deseja a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De outro, os usuários, que rebateram com manifesto do Conselho de Usuários do Sistema de Transporte de Gás Natural (CdU), composto por diversas entidades como Abegás e Abrace, que classifica como essencial a “revisão tarifária das transportadoras de gás natural, processo em curso há mais de um ano” na ANP.

O CdU defende a adoção do Método do Capital Recuperado (Recovered Capital Method – RCM) com vistas à valoração correta dos ativos associados aos contratos legados das transportadoras Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Transportadora Associada de Gás (TAG), que pertenciam à Petrobras e foram privatizadas durante os (des)governos Temer e Bolsonaro.

As transportadoras, por seu lado, sugerem preferência pelo custo histórico corrigido pela inflação. A escolha terá valor bilionário: o método proposto pela ANP pode representar uma redução de cerca de 50% nas tarifas de gás.

Um especialista do setor, que prefere não se identificar, resume de forma mordaz: “As transportadoras de gás ganham muito, não investiram nada e agora na revisão tarifária terão de baixar o valor.”

## Rápidas

O II Fórum de Ensino Superior da FGV reunirá o ministro da Educação, Leonardo Barchini, e lideranças para debater expansão, regulação e pesquisa no Brasil. Será nesta segunda-feira, 8h30, na FGV RJ. Inscrição gratuita: evento.fgv.br/forumeducacao0106-708388 \*\*\* A Innova X anuncia a chegada de Henrique Lemos como novo CTO da holding. Fundador do Grupo Rão, ele passa a liderar a frente de transformação tecnológica.

# PIB avançou 1,1% no 1T26, chegando a R\$ 3,3 tri

## Brasil de volta às 10 maiores economias do mundo

O Produto Interno Bruto do país cresceu 1,1% no primeiro trimestre do ano (1T26), frente ao quarto trimestre de 2025, totalizando R\$ 3,3 trilhões, com resultado positivo nos três setores – agropecuária (2%), indústria (1%), e serviços (0,5%). Frente ao primeiro trimestre de 2025, o ritmo da economia avançou 1,8%, enquanto no acumulado dos últimos quatro trimestres, o PIB registrou elevação de 2%.

Em valores correntes, foram gerados R\$ 3,3 trilhões, sendo R\$ 2,8 trilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 461,2 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais divulgados nesta sexta-feira pelo IBGE.

Entre as atividades industriais, a extrativa mineral (3,6%) e a construção (2,9%) tiveram desempenho positivo, enquanto a transformação manteve-se estável (0,1%). Houve queda na atividade eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-0,3%). O setor industrial corresponde a aproximadamente 23% do valor adicionado.

Entre as atividades de serviços, que têm peso de aproximadamente 70% na economia do país, houve crescimento no trimestre, frente ao quarto trimestre do ano passado, em informação e comunicação (2,4%), atividades imobiliárias (1,2%), outras atividades de serviços (0,8%), comércio (0,6%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,4%). Por outro lado, caíram transporte, armazenagem e correio (-0,7%) e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,6%).

A despesa de consumo das famílias (1%) e a formação bruta de capital fixo (3,5%) expandiram-se, assim como a despesa de consumo do governo (0,4%). No que se refere ao setor externo, as exportações de bens e serviços tiveram variação negativa de 1,7% ao passo que as importações de bens e serviços cresceram 4,4% em relação ao quarto trimestre de 2025.

O coordenador explica que depois de um fim de 2025 em que ficou quase estável, no primeiro trimestre o consumo das famílias cresceu em um ritmo próximo ao do PIB.

Comparado a igual período de 2025, o PIB teve crescimento de 1,8% no primeiro trimestre de 2026. O valor adicionado a preços básicos apresentou elevação de 1,8% e os impostos sobre produtos líquidos de subsídios avançaram em 1,9%.

Todas as atividades dos serviços apresentaram alta: informação e comunicação (7,6%), atividades imobiliárias (2,9%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,8%), outras atividades de serviços (2,4%), comércio (1%), administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (1,1%) e transporte, armazenagem e correio (0,7%).

Entre as atividades industriais, as extrativas (13,1%) tiveram destaque, impulsionadas pela extração de petróleo e gás natural, assim como a construção (1,3%), cuja variação positiva está em linha com o crescimento do pessoal ocupado e ho-

ras trabalhadas na atividade. A atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,7%) e a transformação (-0,9%) apresentaram queda. No caso da transformação, a queda foi puxada pela impressão e reprodução de gravações (-10,2%) e fabricação de máquinas e equipamentos (-9,4%).

A taxa da agropecuária pode ser explicada pelo crescimento de produção e ganho de produtividade da agricultura. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), condições climáticas favoráveis na maior parte das regiões produtoras do país e a expansão da área plantada impulsionaram o cultivo de soja que, com

acréscimo de 4,8% na estimativa anual de produção, alcançou produção recorde na série histórica. Por outro lado, outros produtos agrícolas, cujas safras também são significativas no primeiro trimestre, registraram queda na estimativa anual quanto de produtividade, como, por exemplo, o milho (-2,5%) e o arroz (-10,6%).

### De volta ao G10

O Brasil deve voltar a ocupar a posição de 10ª (G10) maior economia do mundo em 2026, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) compiladas pela consultoria Austin Ratings a partir de dados de 45 países. A estimativa foi reforçada após o crescimento de 1,1%, desempenho acima do esperado pelo mercado, que era de 1%. O levantamento mostra que o Brasil deve ultrapassar o Canadá no ranking

global das maiores economias medido em dólares correntes. Em 2024 e 2025, o país havia caído para a 11ª posição, após ser superado pela Rússia e pelo Canadá.

Entre os 45 países analisados pela Austin Ratings, o Brasil registrou o sexto maior crescimento econômico no primeiro trimestre de 2026 na comparação com os três meses anteriores. O desempenho brasileiro ficou atrás apenas de Hong Kong, Taiwan, Dinamarca, Coreia do Sul e China. O avanço também superou o de economias como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Itália.

### Ranking global

Pelas projeções do FMI compiladas pela Austin Ratings, as dez maiores economias do mundo em 2026 devem ser: 1) Estados Unidos - US\$ 32,399 trilhões; 2) China - US\$ 20,863 trilhões; 3) Alemanha - US\$ 5,455 trilhões; 4) Japão - US\$ 4,381 trilhões; 5) Reino Unido - US\$ 4,267 trilhões; 6) Índia - US\$ 4,158 trilhões; 7) França - US\$ 3,597 trilhões; 8) Itália - US\$ 2,739 trilhões; 9) Rússia - US\$ 2,655 trilhões; e 10) Brasil - US\$ 2,637 trilhões.

O ranking considera o PIB em dólares correntes. Por isso, além do crescimento econômico, a taxa de câmbio também influencia diretamente a posição de cada país.

Quando o real se valoriza frente ao dólar, o tamanho da economia brasileira em moeda americana aumenta. O mesmo ocorreu com a Rússia nos últimos anos, impulsionada pela valorização do rublo e pela alta do petróleo.

## Alckmin: é factóide do clã Bolsonaro para desviar do caso Master

Se trata de factóide da família Bolsonaro para desviar a atenção do caso de corrupção e sonegação do Banco Master. Essa é a avaliação do vice-presidente Geraldo Alckmin, ao comentar a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas pelos Estados Unidos.

“Infelizmente, membros do clã Bolsonaro pensam mais em si do que no país. Para sair desse tema do Banco Master, o maior caso de corrupção e sonegação de tributos, ficam gerando factóides”, disse à imprensa, nesta quinta-feira (29), durante agenda em Caraguatuba, no litoral de São Paulo.

O vice-presidente mencionou que a medida “não

vai resolver nada em termos de combate ao crime e pode prejudicar a economia”.

Na noite desta quinta-feira (28), os EUA passaram a designar as facções Comando Vermelho © e Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas. O anúncio coincidiu com um encontro entre o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, ocorrido na terça-feira (26), em Washington.

Um dia antes, o senador havia se reunido com Trump na Casa Branca, em companhia do irmão, o autoexilado ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, ambos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

**FERIADO CORPUS CHRISTI**

Comunicamos aos leitores, Agências de Publicidade e anunciantes como será a circulação do Monitor Mercantil neste período.

<b>FECHAMENTO DE PUBLICIDADE</b>
3 de junho (quarta-feira) até as 18h.
<b>DATAS DE CAPA</b>
4, 5, 6, 7 e 8 de junho de 2026 Edição única

E-mail: publicidade@monitormercantil.com.br / Tel.: (21) 3849-6444

Assine o jornal  
**Monitor Mercantil (21) 3849-6444**

## No Rio, Feicon e Febrava realizam encontro da construção civil

As feiras de negócios Feicon Rio e Febrava Rio, que acontecem entre os dias 6 e 8 de outubro, no Riocentro, anunciaram que, além dos espaços para exposição e visitação dos profissionais dos seus respectivos setores, também promoverão o 1º ECOA – Encontro da Construção Civil e AVACR, evento especial que contará com programação técnica especializada desenvolvida em parceria com institutos, universidades e entidades setoriais, voltada para a integração entre indústria, tecnologia e aperfeiçoamento profissional.

“O conteúdo do encontro será direcionado às verticais de Construção, Petróleo e Gás, Hospitalidade e Refrigeração, promovendo debates sobre soluções, tendências e desafios compartilhados entre estes mercados, com o objetivo de ampliar o debate e trazer conhecimento relevante para os participantes”, afirma Márcio Alves, Diretor de Portfólio da RX Brasil, empresa promotora das feiras.

O anúncio aconteceu durante o lançamento da Feicon Rio e da Febrava Rio para parceiros e profissionais do setor, na Casa Firjan, nesta sexta-feira. A Feicon e a Febrava, realizadas há mais de 30 anos na cidade de São Paulo, são duas referências na América Latina em suas áreas de atuação e acontecem pela primeira vez no Rio de Janeiro, aguardando cerca de 20 mil visitantes.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Luiz César Caetano, disse ser uma honra apoiar essas iniciativas. “Pela relevância da construção civil fluminense, faz todo sentido

a cidade do Rio de Janeiro passar a receber esses eventos. O setor vive um excelente momento aqui, como pode ser ver nos mercados de imobiliária e de infraestrutura. O apoio ao setor é uma das prioridades da nossa atuação e os eventos representam importantes encontros da cadeia produtiva por representarem uma parcela estratégica da indústria da construção e de seus diversos segmentos econômicos.”

As duas feiras juntas contarão com cerca de 300 marcas expositoras. A Feicon Rio estreia com espaço de inovação para startups, workshops e palestras técnicas. “Atuamos como uma plataforma estratégica para geração de negócios e apresentação das transformações da construção civil em tecnologia, sustentabilidade e eficiência. A chegada ao Rio de Janeiro amplia essa conexão com um mercado relevante para o desenvolvimento e o futuro do setor”, afirma Ivan Romão, diretor do evento.

Já a Febrava Rio contará com marcas expositoras nacionais e internacionais, reunindo fabricantes, distribuidores, empresas de engenharia, infraestrutura e tecnologias aplicadas ao setor AVACR. “A Febrava foi concebida para conectar diferentes cadeias produtivas ligadas ao setor e aproximar a indústria de tomadores de decisão de segmentos nos quais climatização, refrigeração e eficiência operacional são estratégicos. O Rio de Janeiro reúne atributos importantes para essa expansão, especialmente pela relevância industrial do estado e pela diversidade dos mercados presentes na região”, conclui Tatiana Rassinini, gestora da feira.

## Setor editorial avança em 2025, com alta de 7,7% nas vendas ao mercado

As editoras brasileiras registraram crescimento nas vendas ao mercado em 2025, consolidando um cenário de recuperação do setor. Segundo a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro – Ano-base 2025, coordenada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), com apuração da Nielsen BookData, as vendas ao mercado apresentaram alta nominal de 7,7%, com expansão de 6,5% no volume de exemplares comercializados. Descontada a inflação, o setor teve crescimento real de 3,3%, indicando avanço consistente na demanda por livros no país. Clique aqui e confira a pesquisa completa.

Todos os subsectores apresentaram crescimento nas vendas ao mercado em 2025, o principal destaque foi Obras Gerais, com alta nominal de 8,7% (4,3% em termos reais), consolidando-se como o segmento de maior dinamismo no período. Os demais subsectores também registraram desempenho positivo: em Didáticos houve um crescimento de 3,2%, em Religiosos, de 2,4% e em CTP, de 1,9% em termos reais, o que evidencia uma recuperação disseminada entre os diferentes perfis editoriais.

Entre os gêneros, os maiores avanços no faturamento foram registrados por Didáticos e Fic-

ção Adulto, ambos com crescimento de 12%. Na sequência aparecem: Religiosos (+7%), Infantil e Juvenil (+5,3%) e Não Ficção Adulto (+2,6%).

Outro destaque da pesquisa é a ampliação da relevância do canal de livrarias no mercado editorial em 2025, impulsionado principalmente pelo desempenho de Obras Gerais. Na comparação com 2024, as vendas para esse canal cresceram 6,1 pontos percentuais em volume de exemplares, o que se traduziu em um aumento de 4,3 pontos percentuais na participação das livrarias no faturamento das editoras, reforçando a importância desse canal na comercialização de livros.

“Os resultados mostram que o setor está retomando uma trajetória de crescimento, com avanço nas vendas ao mercado e desempenho positivo em todos os subsectores. Esse movimento já veio sinalizado pela pesquisa Panorama do Consumo de Livros no Brasil, divulgada no começo desse ano, e agora se confirma nos dados do mercado, reforçando a importância do livro e da leitura na vida dos brasileiros”, afirma Sevani Matos, presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL).

“Como mencionado pela Sevani, outras pesquisas, como o Painel do Varejo, também feita com a Nielsen e divulgada mensalmente pelo Snel, já apontavam para esses resultados posi-

vos da Produção e Vendas”, comenta Dante Cid, presidente do Snel. “De toda forma, é muito satisfatório ver esse crescimento confirmado e consolidado nas duas pontas do setor, das editoras ao varejo, como mostra este estudo. Gostaria ainda de destacar o crescimento pelo segundo ano consecutivo em CTP, que vinha anteriormente enfrentando seguidas quedas. Isto aponta para um momento empolgante para os diversos segmentos do mercado editorial.”

“Com crescimento de 3,3% em termos reais, 2025 foi inegavelmente positivo para o setor editorial brasileiro, em especial para as editoras de Obras Gerais. Esse desempenho está em linha com a Panorama do Consumo e com os dados apurados pelo Painel do Varejo-BookScan, que possui maior cobertura desse segmento e que também registrou crescimento expressivo. Essa consonância se reflete ainda no aumento da participação das livrarias no faturamento das editoras, impulsionado pela expansão do número de lojas e pelo desempenho dos livros de colorir”, destaca Mariana Bueno, Coordenadora de Pesquisas Econômicas e Setoriais da Nielsen BookData.

Em 2025, foram produzidos cerca de 45 mil títulos e 367 milhões de exemplares, com alta de 2,4% no número de títulos e estabilidade no volume produzi-

do em comparação ao ano anterior. A maior parte da produção segue concentrada em reimpressões, reafirmando o peso dos catálogos no desempenho das editoras.

### Livros digitais

Único estudo sobre o tema no país, a Pesquisa Conteúdo Digital do Setor Editorial Brasileiro é outra parceria entre a CBL e o Snel, com apuração da Nielsen BookData.

Em 2025, o faturamento das editoras com conteúdo digital apresentou alta nominal de 10%. Quando considerada a inflação do período o crescimento é 5,5%. Pela primeira vez, ficção lidera o ranking de unidades vendidas entre os gêneros na modalidade à la carte.

As bibliotecas digitais mantiveram forte ritmo de crescimento, gerando cerca de R\$ 225 milhões em faturamento para as editoras, alta de 24% em relação a 2024. O modelo de assinatura também avançou de forma expressiva, com expansão de 40%, impulsionado principalmente pelo desempenho das assinaturas de e-books, que registraram crescimento de 63%, reforçando a consolidação desses formatos como importantes vetores de receita no ambiente digital.

Em 2025, os conteúdos digitais corresponderam a 9% no faturamento das editoras (impresso + digital).

## Cenário econômico é porta de entrada para a IA na gestão fiscal das empresas

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a perspectiva da atividade econômica no Brasil, de 1,9% para 1,6%, sinalizando uma expansão mais moderada das finanças para este ano. O cenário de cautela, segundo Revio, AI company especializada no desenvolvimento de soluções avançadas de inteligência artificial, estimula a reflexão sobre os investimentos e também reacende a necessidade por uma maior eficiência operacional das empresas nacionais.

Nesses cenários de maior timidez da economia, segundo Edson Hideki, sócio-fundador da Revio, antes mesmo de resolver cortar custos, é preciso

identificar maneiras de encontrar soluções para tornar a operação dos negócios mais eficiente. Hideki também aponta que a revisão do FMI reflete um ambiente mais desafiador para as empresas brasileiras, mas é preciso manter o controle das ações para seguir crescendo mesmo em um cenário de maior risco.

Apesar da avaliação negativa no Brasil, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta um crescimento global mais robusto, estimado em 3,3% em 2026, impulsionado principalmente por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. O contraste entre a análise da economia global e a brasileira reforça o papel estratégico das inova-

ções para aumentar a produtividade, reduzir riscos e apoiar decisões mais assertivas, especialmente em economias que crescem em ritmo mais lento.

Hideki ainda fala desse processo de tomada de decisões com situações concretas. Recentemente, a Revio ofereceu à Chocôlandia, tradicional rede varejista de São Paulo, uma solução tecnológica, com base em inteligência artificial, para revisar sua base de produtos e corrigir classificações fiscais. A solução Coretax, desenvolvida pela empresa brasileira, resultou em um impacto positivo de R\$ 3 milhões, além de tornar a operação mais previsível e eficiente.

O sistema combina inteligência artificial para iden-

tificar inconsistências tributárias, cruzar legislações e apontar oportunidades de crédito, ajudando empresas a transformar o compliance em uma alavanca de crescimento. Para ele, esse cenário pode ser replicado em outras empresas, mas é preciso fazer de maneira cautelosa e organizada, controlando riscos aos investimentos.

“A falta de controle tende a intensificar passivos tributários, inconsistências fiscais e falhas de compliance, comprometendo a sustentabilidade das empresas no médio e longo prazo, um desafio ainda mais sensível em um país com um dos sistemas tributários mais complexos do mundo.” diz, Edson Hideki, sócio-fundador da Revio.

Assine o jornal



**Monitor Mercantil**  
(21) 3849-6444

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

# O PIB do primeiro trimestre de 2026

Por Jorge Priori

Conversamos com o economista Roberto Luis Troster sobre o PIB do 1T26, que cresceu 1,1% em relação ao 4T25. Em relação ao 1T25, o PIB cresceu 1,8%, e nos últimos quatro trimestres, 2%. Pela ótica da produção, Agropecuária, Indústria e Serviços cresceram, respectivamente, 2%, 1% e 0,5%, em relação ao 4T25.

## Qual a sua avaliação sobre o PIB do 1T26?

Somando os prós e contras, a minha avaliação é positiva. O crescimento anual de 2% mostrou um PIB forte e resiliente, apesar dos problemas, como a alta taxa de juros. O único senão foi a Formação Bruta de Capital Fixo, que é o grande freio no crescimento do país para os próximos anos. O Brasil está recebendo muito dinheiro de fora, mas esse dinheiro não está se transformando em investimento, e sim em aplicação financeira. Esse é um dinheiro que vem, rende juros e vai embora, quando nós precisamos de mais investimentos para crescermos no longo prazo.

## Qual a sua avaliação sobre o desempenho de Serviços, Indústria e Agro?

O avanço de Serviços está diretamente relacionado ao consumo das famílias, que cresceu 1% na margem devido ao aumento do salário mínimo e à isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil. A Indústria teve um desempenho muito bom, com destaque para a Indústria de Transformação. O Agro foi bem, mas o seu desempenho depende de fatores exógenos como o clima.

## O desempenho do Agro em 2025 pode se repetir em 2026?

Depende. As projeções indicam uma safra 3,6% maior em relação a 2025, mas existe a ameaça de um Super El Niño para este ano. O desempenho de 2025 pode se repetir, até porque São Pedro, que deve ser brasileiro, tem ajudado muito o Brasil, mas é um risco achar que o país vai passar incólume indefinidamente. Não podemos nos esquecer do problema em enfrentar pelo Rio Grande do Sul há dois anos.

## Depois de ter crescido



Roberto Luis Troster

## 2,3% em 2025, o PIB, segundo o último boletim Focus, deve crescer 1,89% em 2026 e 1,7% em 2027. Como essas informações devem ser interpretadas?

Aqui nós temos dois pontos. O primeiro é que estão subestimando o potencial de crescimento para 2026. A minha projeção indica um crescimento de 2,2%. O segundo é que podemos ter uma ressaca em 2027, que dependendo das ações que forem tomadas a partir do próximo dia 5 de janeiro, pode ser boa ou ruim.

Se os cortes de gastos forem bem feitos, isso sinalizaria um compromisso com políticas econômicas consistentes, aumentaria os investimentos e faria com que o país crescesse mais. Neste caso, nós teríamos uma boa ressaca. Contudo, se os cortes levarem a uma queda da atividade econômica, nós teremos uma ressaca ruim.

Se os ajustes forem inteligentes, o país pode crescer mais do que 1,7% em 2027, mas se isso não acontecer, o país vai continuar pagando juros muito altos para crescer pouco.

## Com relação a expectativa sobre o PIB de 2027, quando ela, de fato, entra no radar?

O PIB de 2027 deveria ter entrado no radar em 2017. O Brasil olha muito para o curto prazo, quando deveria estar olhando para o que vai acontecer nos próximos 10 anos. Como flutuações de curto prazo dependem de fatores conjunturais, como cenário internacional ou clima, o crescimento que conta, que realmente mostra potencial, é o de longo prazo. Por exemplo, a China começou a montar planos quinquenais

na década de 1950.

Agora em 2026, o Brasil deveria estar olhando para 2036, justamente para não ficar tão dependente do curto prazo. Essa miopia que existe na política econômica e na política gerencial é resultado do instável quadro macroeconômico que tivemos nas últimas décadas.

## O que falta para que o PIB brasileiro cresça de forma sólida, estruturada e consistente?

O que falta é visão de longo prazo. O Brasil precisa olhar distante e ver o que precisa ser feito. Além disso, o país precisa ajustar uma série de aspectos, como as contas públicas e o papel do próprio Estado, já que a reforma administrativa, que está sendo discutida, foca muito mais em cargos e salários. O governo precisa ser reestruturado para funcionar de forma mais eficiente. Por exemplo, a Embrapa, o baixo clero do Judiciário, a Polícia Federal e a Receita Federal funcionam bem, mas não é todo o governo que funciona assim.

Outro aspecto é a eficiência do governo. Por exemplo, a base do crescimento para 2036 é a educação primária, mas um aluno do ensino universitário público federal custa, em média, 12 vezes mais que um aluno do primário que recebe uma educação deficiente.

O ambiente de negócios também precisa melhorar. O Brasil não aparece bem em rankings mundiais de ambiente de negócios e de tributação. A Reforma Tributária melhorou um pouco essa questão, mas ao invés de termos um IVA, nós vamos ter dois, e em vez de termos uma alíquota para tudo, já existem uma

série de reduções e cada estado e município podem ter suas alíquotas [Troster se refere ao IBS]. Além disso, nós temos uma transição de 8 anos em vez de termos uma transição rápida.

Com relação ao Imposto de Renda, o governo colocou um pouquinho de perfume com a isenção até R\$ 5 mil e a cobrança sobre dividendos acima de R\$ 50 mil. Ou seja, não há uma preocupação com a consistência fiscal.

Isso é ruim, pois nós temos excelência em áreas como tecnologia, fintechs e pesquisa agrícola. É como se tivéssemos dois Brasis. Um moderno, que está entre os melhores do mundo, e um arcaico.

Por fim, é preciso reformar o sistema de crédito, que não funciona mais. Em um país com mais de 80 milhões de negativados, um programa como o Desenrola apenas posterga a hora da verdade. Se todas essas dívidas fossem perdoadas, em pouco tempo teríamos o mesmo quadro novamente, já que a raiz do problema não está sendo atacada.

## Como você está vendo a possibilidade de crises para os próximos anos?

Eu vejo uma possibilidade muito grande. A dívida pública segue crescendo, e as projeções indicam que ela vai seguir essa trajetória nos próximos anos. Segundo o IFI, Instituto Fiscal Independente, a dívida pública deve atingir 117% do PIB em 7 anos. Isso se deve à alta taxa de juros, ao déficit fiscal e ao déficit da previdência. Como esse modelo é inconsistente, se não houver uma mudança, nós vamos ter uma crise. A questão é saber se isso será daqui a 2, 5 ou 10 anos.

### SANTO AVITO PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/ME nº 09.299.954/0001-11 - NIRE 33.300.285.067

**Ata de AGOE:** 1. **Data, hora e local:** Em 30/04/26, às 12h, na sede social, na Rua do Parque, 31, parte, São Cristóvão/RJ. 2. **Convocação e presença:** Convocação dispensada, em face da presença da totalidade dos acionistas da Cia., nos termos do §4º, Art. 124, da Lei 6.404/76, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas (Doc. 01). Presentes, ainda, os Diretores da Cia. abaixo designados. 3. **Mesa:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretário: Ricardo Pernambuco Backheuser Junior. 4. **Ordem do dia e deliberações tomadas:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. **Em AGO:** 4.1.1. Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores e as DFs. referentes ao exercício social encerrado em 31/12/25, publicadas no Jornal Monitor Mercantil, em 27/04/26 (Doc. 02). 4.1.2. Aprovar a seguinte destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/25: (i) 5%, equivalente a R\$ 78.055,99 para a formação da reserva legal; e (ii) R\$ 1.483.063,76 para formação da reserva de investimentos da Cia.. 4.1.3. Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Cia. em até R\$ 30.000,00, cuja distribuição interna será realizada pela Diretoria, em atenção aos critérios fixados no caput do Art. 152 da Lei 6.404/76. 4.1.4. Consignar em ata a apresentação feita pela Área de Compliance da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. ("Carioca"), subsidiária integral da Cia., dos trabalhos executados pela área no ano de 2025, tendo os presentes agradecido a apresentação e elogiado os trabalhos, reforçando a importância da continuidade de medidas de fortalecimento do Sistema de Gestão Antissuborno Compliance Concorrencial, questão prioritária para a Cia. e seus acionistas. Além disso, registraram a importância da manutenção da certificação do SGACC na ISO 37001, um marco significativo que atesta o comprometimento da Carioca com os mais altos padrões de integridade e ética empresarial. 4.2. **Em AGE:** 4.2.1. Reeleger, na forma estatutária, para o mandato de 3 anos, ou seja, até a AGO que deliberar sobre as DFs. do exercício social de 2028, os Srs. (i) **Ricardo Pernambuco Backheuser Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado na Rua Elvira Ferraz, 250, salas 704 e 705, Vila Olímpia/SP, RG nº 08242966-3-IFP, CPF/MF nº 002.219.087-22, como Diretor sem designação específica; e (ii) **Eduardo Backheuser**, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado na Rua do Parque, 31, São Cristóvão/RJ, RG 08911020-9 IFP/RJ e CPF/MF nº 013.865.967-28, como Diretor sem designação específica, os quais, presentes à assembleia, declaram para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos por lei especial de exercer a administração de Cia. e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse de seus cargos no mesmo ato, mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Cia. (Doc. 03). 5. **Encerramento:** Após lavrada, lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes. 6. **Assinaturas:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretário: Ricardo Pernambuco Backheuser Junior. Acionistas: Garoupa Participações Ltda., representada por sua diretora Anna Maria Lessa Backheuser; Geórgia Participações Ltda., representada por seu diretor Ricardo Pernambuco Backheuser Junior; BJ 377 Participações Ltda., representada por seu diretor João Pedro Backheuser; e Kaduja Participações Ltda., representada por seu diretor Eduardo Backheuser. Diretores: Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 30/04/26. Eduardo Backheuser - Presidente; Ricardo Pernambuco Backheuser Junior - Secretário. JUCERJA em 22/05/26 sob o nº 7790608. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

### JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NITERÓI - RJ.

**EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO**, com prazo de 05 dias, extraído dos autos da Ação de Cobrança proposta pelo **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VARANDAS DE ICARAI**, que move em face de **JOSÉ CARLOS LOPES DA SILVA E LÉIA MARCIA MACEDO PINHEIRO LOPES (processo nº 0003974-93.2007.8.19.0002) na forma abaixo: O DR. ALBERTO REPUBLICANO DE MACEDO JUNIOR** - Juiz de Direito em exercício na 5ª Vara Cível da Comarca de Niterói - RJ, **FAZ SABER** aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente aos executados: **JOSÉ CARLOS LOPES DA SILVA E LÉIA MARCIA MACEDO PINHEIRO LOPES e ao CREDOR HIPOTECÁRIO: BAMERINDUS RIO - CIA DE CREDITO IMOBILIAR. ATUAL: BANCO DO BRADESCO suprimindo assim a exigência contida no artigo 889, I e V do NCPC**, que no dia **08/06/2026 às 14:00 horas** será aberto o 1º leilão Público, na "MODALIDADE ONLINE" através do site de leilões: **www.facanhaleiloes.com.br**, pela **Leiloeira Pública CRISTINA FACANHA**, matriculada na JUCERJA sob o nº 175, devidamente credenciada no TJRJ, com escritório na Av. Embaixador Abelardo Bueno nº 3.330, sala: 210 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ. E-mail: **contato@facanhaleiloes.com.br** apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no **dia 10/06/2026**, no mesmo horário e local, a partir de **50% do valor da avaliação do imóvel**, em consonância ao Art. 891, §único do CPC, obedecendo aos artigos 879 a 903 do Novo Código de Processo Civil, o imóvel descrito e avaliado como segue: **LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA: AVENIDA JORNALISTA ALBERTO FRANCISCO TORRES Nº 75 - BL: 02 - APARTAMENTO: 204 - ICARAI - NITERÓI - RJ. CONDOMÍNIO:** portaria com funcionários 24 horas; Câmeras de segurança; apartamentos divididos em 02 blocos cada bloco com 03 elevadores; e 06 apartamentos por andar; **ÁREA DE LAZER:** Academia; sauna; piscina; salão de festas; espaço infantil. **APARTAMENTO:** 02 quartos. **CONSIDERAÇÕES:** o imóvel constituído pelo apartamento 204 Bl 2, o prédio fica de frente à Praia de Icarai; rua asfaltada, com total infraestrutura urbana, junto ao comércio do bairro e de transporte público por linhas de ônibus. **VALOR: ATRIBUÍDO AO IMÓVEL O VALOR MÉDIO DE MERCADO DE R\$ 1.370.000,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E SETENTA MIL REAIS). DA INTIMAÇÃO POR EDITAL: Ficam as partes em especial o executado e o credor hipotecário intimados por intermédio do presente Edital de Leilão e intimação, suprimindo assim a exigência contida no artigo 889, I do CPC.** Dado e passado, Niterói, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis. Para que produza seus efeitos legais, o presente Edital encontra-se devidamente conferido e homologado pela Sra. Cristina Facanha - Leiloeira Pública, pela Responsável do Expediente - Carlos Alexandre Medeiros de Carvalho - Mat. 01- 23294 e pelo MM.Dr. Alberto Republicano de Macedo Junior - Juiz de Direito.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAMPÕES E GRELHAS, fabricados em FERRO FUNDIDO E FIBRA PLÁSTICA, destinados à reposição e instalação em vias públicas, conforme demandas da SEMCONSESP, com base nas quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 7716/2025-E** RETIRADA DO EDITAL: <https://transparencia.queimados.rj.gov.br/?serv=121> ou no Paço Municipal, à Rua Mário Pati Jr, nº. 164-338, sala de Licitações - Fanchen, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de 01 (uma) RESMA DE PAPEL A4 e carimbo do CNPJ da Empresa. DATA/HORA: 15/06/2026 às 09:00 horas. **Filipe Martins Silva** Pregeiro

### CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 40.450.769/0001-26 - NIRE 33300032614

**Ata de AGE em 18/05/26.** 1. **Data, hora e local:** Em 18/05/26, às 09h, na sede social, na Rua do Parque, 31, São Cristóvão/RJ. 2. **Presença:** Convocação dispensada, em face da presença da acionista da Cia. representando 100% do capital social, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76. 2.1. **Mesa:** Presidente: Ralph Lima Terra Filho; Secretário: Gustavo Goltzman. 3. **Deliberação:** Aprovar a celebração, pela Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. ("Carioca"), estabelecida na Rua do Parque 31, São Cristóvão/RJ, CNPJ/MF 40.450.769/0001-26, juntamente com a Goetze Lobato Engenharia S.A., com sede na Rua Benedito Carollo, 1251, 0001-001, na cidade de Curitiba/PR, CEP.: 81.290-060, CNPJ/MF 89.952.709-0001-09 e Eiras Engenharia Ltda., com sede na Rua Yaya Siqueira Fagundes, 20, Penha, na cidade de Bragança Paulista/SP, CEP 12929-474, CNPJ/MF 11.455.184/0001-09, do termo de constituição do Consórcio Carioca Gel Eiras - Pacote 21 ("Consórcio"), nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei 6404/76, que terá como objeto a execução do pacote 21 do projeto de contratação de solução integral de engenharia para universalização dos serviços de água e esgoto, promovido pela Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, autorizando desde logo os Diretores da Carioca, ou os procuradores constituídos para tal fim, a celebrar o referido documento, podendo, inclusive, acordar cláusulas e condições, bem como praticar todos os demais atos necessários à constituição do Consórcio. 4. **Encerramento:** Após lavrada, lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes. 5. **Assinaturas:** Presidente: Ralph Lima Terra Filho; Secretário: Gustavo Goltzman. Acionista: Santo Avito Participações S.A., por seus diretores Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser. RJ, 18/05/26. Ralph Lima Terra Filho - Presidente; Gustavo Goltzman - Secretário. JUCERJA em 28/05/26 sob o número 7804318. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Assine o jornal  
Monitor Mercantil  
(21) 3849-6444

## BNDES: R\$ 21 bi para renovação da frota de veículos pesados

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu, nesta sexta-feira (29), o protocolo para recebimento de pedidos de financiamento do programa BNDES Mais Mobilidade, linha de crédito de até R\$ 21 bilhões para renovação da frota nacional de veículos pesados e à modernização do transporte rodoviário e urbano de cargas e passageiros. O prazo para protocolo das operações no sistema do BNDES vai até 28 de agosto de 2026, e a data limite para comunicação da contratação ao banco é 28 de setembro de 2026.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o programa amplia o apoio às iniciativas de renovação de frota no país, com financiamento para aquisição de caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro-ônibus e implementos rodoviários. Do total autorizado, R\$ 14,5 bilhões são recursos da União, via Tesouro Nacional, e até R\$ 6,7 bilhões correspondem a recursos do BNDES.

“É um programa com muitos efeitos positivos não para o beneficiário final, mas ao longo de toda a cadeia automotiva, aumentando a produção da indústria, as vendas nas concessionárias e, com isso, fortalecendo também os empregos nesse setor”, diz Márcio Elias Rosa, ministro do MDIC.

As condições de financiamento variam conforme o perfil do beneficiário. Para transportadores autônomos, por exemplo, o prazo total poderá chegar a 120 meses, com até 12 meses de carência. Podem solicitar financiamento: transporta-

dores autônomos de cargas, pessoas físicas associadas a cooperativas, empresários individuais e pessoas jurídicas do setor de transporte rodoviário ou urbano de cargas e passageiros.

As taxas de juros podem alcançar patamares competitivos em relação às taxas praticadas no mercado, próximo a 13% ao ano. O programa prevê limite de financiamento de até R\$ 50 milhões por cliente, sem valor mínimo.

Os financiamentos serão realizados por meio da rede de agentes financeiros parceiros do BNDES. Os interessados devem procurar uma instituição financeira credenciada ao BNDES. O banco de fomento não realiza operações diretamente com os clientes finais nessa modalidade. “Caberá ao agente financeiro analisar o crédito, negociar as condições finais da operação e encaminhar o pedido ao BNDES, conforme as regras do programa”.

A iniciativa prevê ainda reserva de R\$ 2 bilhões para aquisição de ônibus e micro-ônibus, além de R\$ 2 bilhões para transportadores autônomos de cargas e pessoas físicas associados a cooperativas, reforçando o atendimento a transportadores autônomos e ao transporte urbano de passageiros.

Para veículos novos, o programa exige fabricação nacional, credenciamento no CFI do BNDES e atendimento ao padrão Proconve P-8 (Programa de Controle de Emissões Veiculares). No caso de caminhões e caminhões-tratores seminovos, os veículos devem ter fabricação a partir de 2012, atender à fase P-7 do Proconve e observar critérios de rastreabilidade fiscal.

## Auditoria independente para empresas de ativos virtuais

O Banco Central confirmou, nesta sexta-feira, que a partir de 1º de junho, o processo de autorização para funcionamento de sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais (SPSAV) passa a contar com uma nova exigência: a apresentação de um relatório de asseguração razoável emitido por auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Altera a Instrução Normativa BCB nº 704, de 29 de janeiro de 2026, que divulga procedimentos, documentos, prazos e informações necessários à instrução dos pedidos de autorização relacionados ao funcionamento das sociedades corretoras de câmbio, das sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e das sociedades prestadoras de

serviços de ativos virtuais.

Com essa mudança, o BC passa a considerar, em sua análise, uma opinião técnica independente sobre os procedimentos adotados pelas empresas para identificar e prevenir operações suspeitas, especialmente aquelas relacionadas aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 9.613.

“A exigência tem como objetivo aumentar a segurança das decisões nos processos de autorização, ao mesmo tempo em que reforça o alinhamento do país às práticas e aos padrões internacionais de combate a esses crimes”, destaca o BC. Para a autoridade monetária, a verificação por auditoria independente contribui para maior transparência e confiabilidade nos controles adotados pelas empresas do setor.

# Contas públicas: superávit primário de R\$ 24,6 bi em abril

Com arrecadação recorde e superávit no Governo Federal, as contas públicas fecharam o mês de abril com saldo positivo. O setor público consolidado - formado por União, estados, municípios e empresas da administração pública - registrou superávit primário de R\$ 24,6 bilhões no mês passado. Na comparação com abril de 2025, houve aumento no saldo; naquele mês, o resultado das contas foi de R\$ 14,2 bilhões positivo.

As estatísticas fiscais foram divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central. O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apesar do resultado do mês passado, em 12 meses encerrados em abril, o setor público consolidado foi deficitário em R\$ 126,6 bilhões, 0,97% do Produto Interno Bruto.

Em 2025, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 55 bilhões, 0,43% do PIB.

Com arrecadação recorde em abril último, a conta do Governo Central teve superávit de R\$ 26,1 bilhões ante resultado negativo de R\$ 16,2 bilhões em abril de 2025.

O montante difere do resultado divulgado nesta quinta-feira pelo Tesouro Nacional de superávit de R\$ 25,2 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram resultado positivo de R\$ 329 milhões em abril passado contra déficit R\$ 659 milhões no mesmo mês de 2025, impulsionando o superávit das contas públicas.

Em sentido contrário, as empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras - con-

tribuíram para a reduzir o superávit das contas consolidadas, com o resultado negativo de R\$ 1,8 bilhão em abril. No mesmo mês de 2025, houve déficit de R\$ 1,4 bilhão nessas entidades.

Os gastos com juros ficaram em R\$ 84,8 bilhões no mês passado. Com isso, o resultado nominal das contas públicas - formado pelo resultado primário e os juros - ficou em déficit de R\$ 60,1 bilhões contra o resultado negativo de R\$ 55,5 bilhões em igual mês de 2025.

Em 12 meses encerrados em abril, o setor público acumula déficit R\$ 1,2 trilhão, ou 9,41% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 8,8

trilhões em abril, o que corresponde a 67,4% do PIB, aumento de 0,6 ponto percentual do PIB no mês.

Segundo a Agência Brasil, o aumento se deve, sobretudo, ao impacto dos juros nominais apropriados e à apreciação cambial de 4,4% em abril, compensado pelo superávit primário do mês, pela variação do PIB nominal e por demais ajustes da dívida externa líquida. Como o país é credor em moeda estrangeira, um aumento do dólar significa aumento da dívida líquida.

No mês passado, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 10,4 trilhões ou 80,4%, aumento de 0,4 ponto percentual do PIB observado no mês anterior. Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

## Dell dispara 35% em Wall Street após aumento de 256% nos lucros

A Dell Technologies obteve um lucro líquido de US\$ 3,438 bilhões entre fevereiro e abril de 2026, primeiro trimestre de seu ano fiscal, o que representa um aumento de 256% em relação ao registrado no exercício anterior, segundo informou a empresa, cujas ações subiram até 35% na Bolsa de

Valores de Nova Iorque. A receita da Dell no trimestre atingiu um recorde de US\$ 43,842 bilhões, um aumento de 88%, incluindo um crescimento de 181% no negócio de soluções de infraestrutura (ISG), que chegou a US\$ 29,009 bilhões.

De acordo com a Europa Press, por sua vez, a divisão de soluções para clientes

(CSG) registrou um aumento de 17% no primeiro trimestre, com US\$ 14,609 bilhões. “Nosso desempenho recorde no primeiro trimestre reflete uma forte demanda, bem como nosso ritmo de inovação em toda a gama de PCs, computação e armazenamento”, declarou Jeff Clarke, vice-presidente e diretor de Opera-

ções da Dell Technologies, destacando que os pedidos relacionados à IA atingiram US\$ 24,4 bilhões. Assim, a empresa espera agora que a receita do segundo trimestre fique entre US\$ 44 bi e US\$ 45 bilhões, o que representa um aumento de 49%, enquanto o lucro por ação diluído aumentaria 164%, para US\$ 4,48.

**TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ n.º 02.600.854/0001-34 - NIRE 33.300.260.528

**AVISO AOS DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DA TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - ATIVO TBSP13.**

**TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria B, com sede na Rua Fonseca Teles, n.º 18/30, Bloco D, Térreo, São Cristóvão, CEP 20940-200, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 02.600.854/0001-34, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE 33.300.260.528 (“Companhia”), **comunica** aos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 3ª (terceira) emissão da Companhia (“Debenturistas”, “Debêntures” e “Terceira Emissão”, respectivamente), bem como a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas (“Agente Fiduciário”) e ao mercado em geral, nos termos da Cláusula 6.27 do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública Sob Rito de Registro Automático, da TIM Brasil Serviços e Participações S.A.”, celebrado em 12 de dezembro de 2025, entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Escritura de Emissão”), que realizará o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures em circulação da Terceira Emissão (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Emissão”), com código de ativo TBSP13, em 15 de junho de 2026 (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Emissão”). As Debêntures da Terceira Emissão serão resgatadas, na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Emissão pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; e (ii) dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis, não sendo devido qualquer prêmio em razão da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total. Informamos, ainda, que a comunicação de criação do evento de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures será encaminhada à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, observando o prazo mínimo de 3 (três) Dias Úteis de antecedência em relação à data do efetivo resgate, nos termos da Cláusula 6.27.6 da Escritura de Emissão, sendo o referido evento operacionalizado em conformidade com os procedimentos da B3. Os termos utilizados acima com a inicial maiúscula, que não tenham sido aqui definidos, terão o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Solicitamos que qualquer manifestação de V. Sas. a respeito do presente Aviso seja enviada para: **TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, Avenida João Cabral de Melo Neto, n.º 850, bloco 01, salas 501 a 1208, Barra da Tijuca, CEP 22775-057, Rio de Janeiro, RJ. At.: Relações com Investidores. E-mail: ri@timbrasilpart.com.br.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 2026

**Mario Girasole** - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores



**Assine o jornal Monitor Mercantil**

**(21) 3849-6444**

**WLM**

**WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ: 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA): 33.3.0003135-9

**FATO RELEVANTE**

**DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

O Conselho de Administração da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS VEÍCULOS S.A., na reunião de 29/05/2026, aprovou proposta da Diretoria Executiva, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, no montante bruto de R\$10.000.001,25 (*dez milhões de reais, um real e vinte e cinco centavos*), do qual será deduzido o valor equivalente a 17,5% (dezesete e meio por cento) do valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), na forma da legislação em vigor, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos, que deverão comprovar esta condição até o dia 04 de junho de 2026, enviando documentação comprobatória para: Postal: WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS VEÍCULOS S.A., aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores, Sr. Leandro Cardoso Massa. Endereço: Praia do Flamengo, nº 200, 19º andar, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.210-901; Correio Eletrônico (e-mail): dri@wlm.com.br. Os Juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício social do ano de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. Farão jus ao recebimento dos referidos juros sobre o capital próprio os Acionistas com posição final de ações da Companhia em 10 de junho de 2026. O pagamento será efetuado na data de 19 de junho de 2026. Valor bruto por ação ON (Ordinárias): R\$ 0,2604234; Valor bruto por ação PN (preferenciais): R\$ 0,2864657.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

Leandro Cardoso Massa  
Diretor de Relações com Investidores

**PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 18.593.815/0001-97 - NIRE 33.3.0031102-5  
Código CVM nº 024236

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10:00 HORAS**, foram aprovadas por maioria e sem ressalvas: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2025; (ii) a absorção integral do prejuízo líquido individual de R\$11.811.075,53 pelo saldo acumulado da reserva estatutária, restando prejudicada a distribuição de dividendos (lucro líquido consolidado de R\$8.403.890,24); (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração para mandato unificado de 2 (dois) anos, composto pelos Srs. Pedro Henrique Chermont de Miranda (Presidente), Bruno de Mello Pereira (Vice-Presidente e Independente), Eduardo Khair Chaila (Independente), Tiago Ring (Independente) e Gustavo Figueiredo Maia; e (iv) a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2026 em até R\$13.000.000,00. Restou deliberada a não instalação do Conselho Fiscal. A assembleia contou com o quórum de 37,56% do capital social. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026. Mesa: Bruno de Mello Pereira - Presidente da Mesa, Ana Paula Lucena - Secretária da Mesa. **AVISO AOS LEITORES:** Esta é uma versão resumida da ata para fins de publicação. O conteúdo aqui transcrito não deve ser considerado isoladamente para fins de decisão ou interpretação jurídica. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026. Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link: <https://publicidadedelegal.monitormercantil.com.br/>. Jucerja nº 7805318, em 29/05/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.